



PROMO
TORRES em.

Relatório e Contas
2014

ÍNDICE

Handwritten signature and initials in blue ink.

1. DADOS GERAIS DA EMPRESA
 - 1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS
 - 1.2 INVESTIMENTOS
 - 1.3 GASTOS
 - 1.4 RENDIMENTOS
 - 1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICA
 - 1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 - 1.7 PERSPETIVAS FUTURAS

2. ÁREA DE EVENTOS
 - 2.1 CARNAVAL
 - 2.2 FEIRA DA SAÚDE
 - 2.3 NOVOS TALENTOS
 - 2.4 FEIRA DE SÃO PEDRO
 - 2.5 BEFASHION
 - 2.6 CARNAVAL DE VERÃO
 - 2.7 FESTIVAL VINDIMAS
 - 2.8 FEIRA VIATURAS USADAS

3. MERCADO MUNICIPAL
 - 3.1 OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL
 - 3.2 ANÁLISE RESULTADOS
 - 3.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4. GESTÃO INTEGRADA ESTACIONAMENTO
 - 4.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO
 - 4.2 RESUMO DE RESULTADOS

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - 5.1 BALANÇO
 - 5.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
 - 5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
 - 5.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA
 - 5.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
 - 6.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
 - 6.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

f
n

Dando cumprimento às disposições legais em vigor, vem o Conselho de Administração da Promotorres, EM, apresentar o seu Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas referentes à atividade da empresa no exercício de 2014.



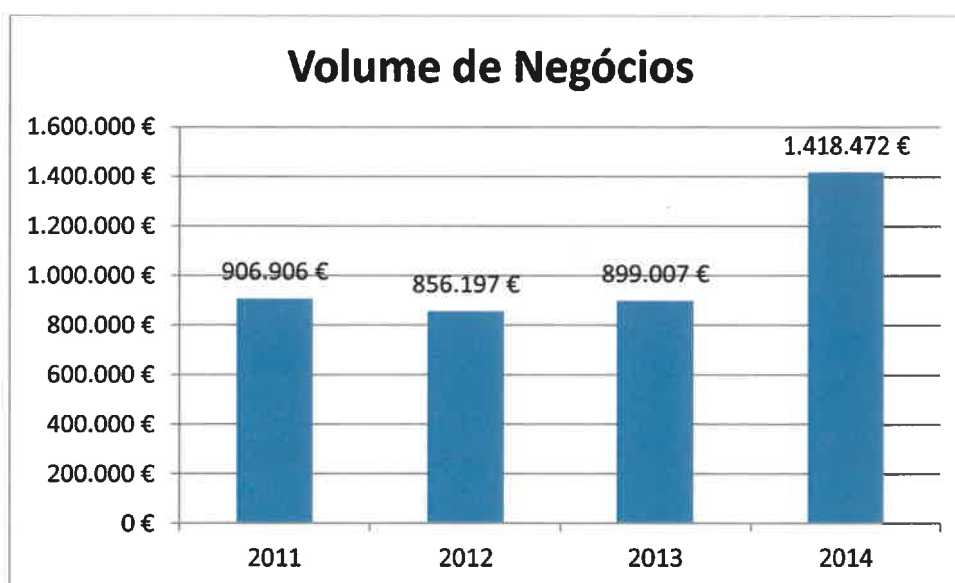
1. DADOS GERAIS DA EMPRESA

1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

No ano 2014 temos a atividade da empresa a funcionar em pleno tendo em conta as atribuições previstas nos respetivos estatutos. Assim, o Contrato Programa para a Gestão do Estacionamento da Cidade de Torres Vedras e o Contrato Programa para Gestão do Mercado Municipal, estão já refletidos nas contas da empresa na sua totalidade.

Este cenário originou um aumento do volume de negócios. Este, deve-se sobretudo ao incremento da receita do Estacionamento (60% do aumento global do volume de negócios), bem como ao aumento global de receitas do Mercado Municipal, (24% do aumento global do volume de negócios). Contudo, no que toca à área de eventos, registou-se uma diminuição global da receita.

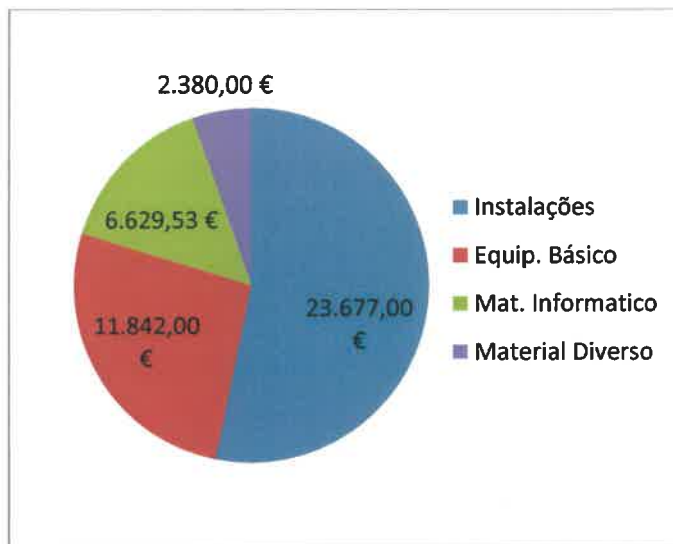
Constata-se que no referido exercício o volume de negócios da nossa sociedade cifrou-se em 1.418.472€ o que representa um aumento de 519.465€ em relação ao valor atingido no exercício anterior.



Evolução do Volume de Negócios

1.2 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados, ascenderam a aproximadamente 45.000€ divididos da seguinte forma:



Peso dos investimentos em ativos fixos tangíveis

Em 2014 os investimentos com maior expressão prendem-se com a adaptação de infraestruturas e aquisição de equipamento informático. Foi necessário executar obras de adaptação na sede designadamente a preparação do novo Gabinete de Atendimento da Mobilidade, bem como a criação de uma sala para os Fiscais de Estacionamento.

Por outro lado houve necessidade de melhorar a infraestrutura de rede para distribuir Internet a todo o espaço da Expotorres. Ainda com menor expressão financeira foram efetuados investimentos em Stand's para a Feira de São Pedro.

Em 2015 prevê-se um crescimento assinalável dos investimentos. Com o funcionamento em pleno de toda a área de estacionamento à superfície, fiscalização de estacionamento e a gestão do mercado municipal, vão gerar certamente aquisições e grandes reparações que aumentarão significativamente a rubrica de Ativos Tangíveis". Perspetiva-se a alteração dos 125 parcometros para a receção de "Token's"; um reforço de sinalização vertical na cidade e adaptações várias na Feira de São Pedro no sentido de acomodar os espaços face à instalação do Terminal rodoviário.

1.3 GASTOS

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de 639.643€ valor que representa um aumento de 27% relativamente ao exercício de 2013. Entraram no final de 2013, 3 funcionários no âmbito do Projeto SIGE, e durante o ano de 2014 entraram mais 7 funcionários.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos aumentou cerca de 189.000€. Verificam-se uns aumentos significativos nas seguintes rúbricas: Serviços especializados, Materiais, Energia, Rendas e Alugueres e Comunicação.

Nos serviços especializados incluímos em 2014 o custo com o filme de candidatura do Carnaval a património da Humanidade, os serviços informáticos contratados para a bilheteira do Carnaval, pagamento de taxas à SPA- Sociedade Portuguesa de Autores, entre outros;

Em Materiais está o aumento é na sua maioria devido ao aumento em estaleiro de Carnaval;

Na rubrica de energia contabilizou-se, pela primeira vez, os custos de eletricidade do Mercado Municipal, cerca de 5000€ por mês;

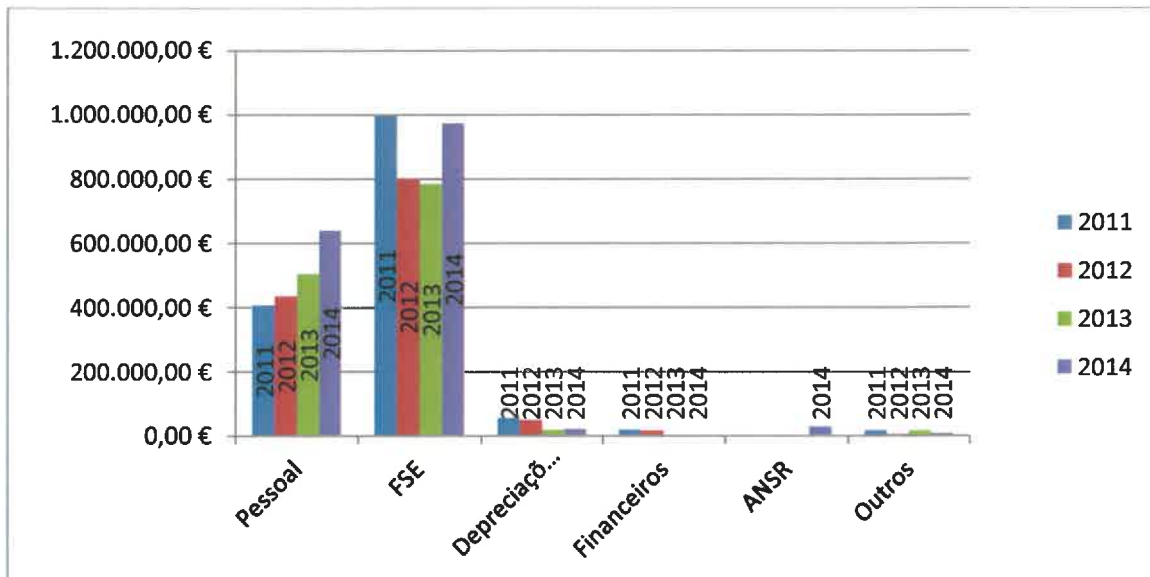
Em rendas e alugueres é refletido o aumento de cerca de 20000€ de aluguer de stand's para a zona dos tradicionais da Feira de São Pedro;

Em comunicação o aumento é consequência da comunicação dos 125 parcómetros e o pagamento à Mailtec pelo sistema de processamento de Contra- Ordenações.

Contabilizaram-se apenas 21411€ euros de depreciações, uma vez que a empresa fez um inventário a todos os ativos que possuía e optou por reduzir para as taxas mínimas aceites legalmente.

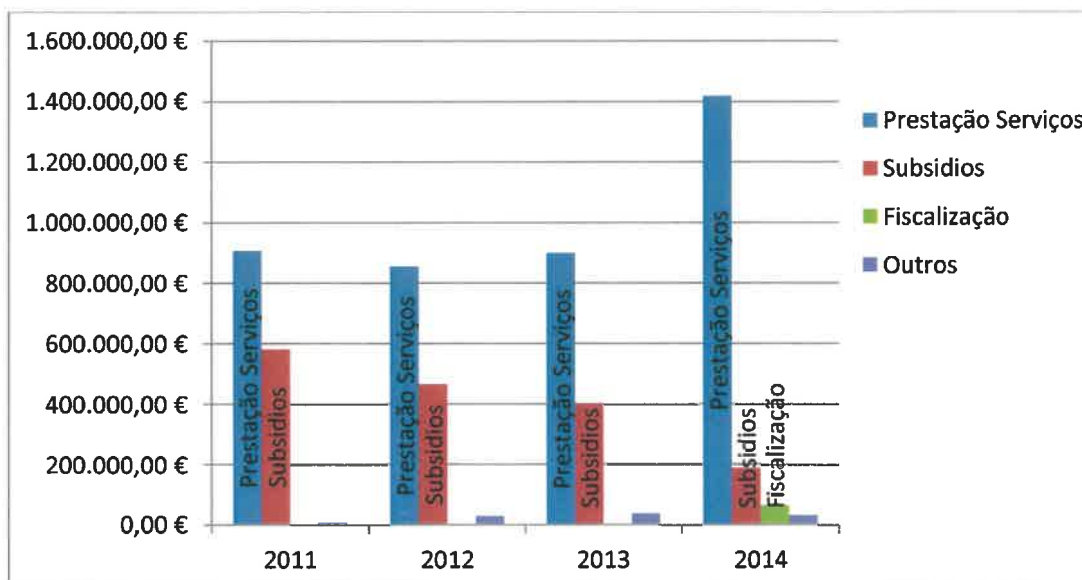
Os gastos financeiros não têm em 2014 expressão, uma vez que não existiram contratos de Acordo de Divida. O valor registado apenas se refere aos juros do contrato de locação financeira para aquisição do sistema de gestão do parque de estacionamento do Mercado Municipal.

Surge em 2014 uma conta englobada na rúbrica "Outros Gastos e Perdas" que diz respeito à comparticipação da ANSR (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária) e do IGCP (Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Publico) sobre os Autos de Contra Ordenação Emitidos. Estas comparticipações totalizam 45% do valor dos Autos.



Distribuição de gastos por rubricas

1.4 RENDIMENTOS



Distribuição de rendimentos por rubricas

É bem visível neste gráfico o aumento das prestações de serviços, já mencionado anteriormente bem como o esforço que a empresa tem feito para reduzir os Contratos Programas celebrados com a Câmara Municipal. Surge também uma conta incluída na rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" que reflete a receita em Autos de Contra Ordenação. A empresa não contabiliza estes Autos em Prestações de Serviços, uma vez que têm caráter de taxa.

1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores	2012	2013	2014
Autonomia Financeira	25,69%	24,86%	22,55%
Solvabilidade	34,78%	33,08%	29,11%
Cobertura de Imobilizado	59,00%	60,15%	51,24%
Liquidez Geral	76,46%	73,10%	70,17%

Legenda

- Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo Líquido Total
- Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo Total
- Indicador do Grau de Cobertura do Imobilizado = Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido
- Liquidez Geral = Ativo a curto prazo / Passivo a curto prazo

1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que o resultado líquido referente ao exercício de 2014, no montante de 2487.32 euros, fosse transferido integralmente para a conta 56-Resultados Transitados.

1.7 PERSPETIVAS FUTURAS

No ano de 2015 existem desafios à melhoria da prestação de serviços e ao cumprimento das missões conferidas à Promotorres, E.M.. Assim, centraremos o nosso foco em três aspetos essenciais;

- Investimento em ajustamentos e respetivas infraestruturas na ExpoTorres, no sentido de acomodar da melhor forma o espaço da Feira de São Pedro, face à instalação do Terminal Rodoviário;
- Investimento em funcionalidades que acentuem a característica *user friendly* na área da mobilidade;
- Afetação de uma parte das receitas de estacionamento ao projeto na Mobilidade, nomeadamente a compra de sinalização vertical, a melhoria da sinalização de marcas rodoviárias e a melhoria das condições das bolsas de estacionamento livre na cidade.

2. AREA DOS EVENTOS

2.1. CARNAVAL TORRES



O Carnaval de Torres, apelidado de mega evento do Concelho de Torres Vedras, gera parcerias económicas e sociais na região, nomeadamente entre a entidade municipal, Câmara Municipal, comércio tradicional, entidades privadas e públicas.

A nível social é o evento que proporciona uma experiência única, inesquecível, de qualidade e elevados níveis de segurança, conforto e satisfação para aos seus participantes.

O conceito de evento está ligado a uma característica básica: proporcionar uma ocasião especial para o encontro de pessoas, que se reúnem com um objetivo específico ao qual reconhecem valor.

O Carnaval de Torres assume-se como o mais importante ativo estratégico do Concelho.

A edição 2014 do Carnaval de Torres cumpriu, as expectativas orçamentais, tendo um resultado equilibrado O investimento em estaleiro foi mais elevado em 2014, uma vez que no ano transato se tinha aproveitado o tema “reciclagem” para reaproveitar muitos dos carros alegóricos.

A receita própria do evento, dependente em grande percentagem da bilheteira, regista nas últimas edições estabilidade em termos percentuais, representando uma fidelização e afirmação do Carnaval junto do público. Os ingressos vendidos representam em 2014 68% da receita total do evento, em 2013, 42%, em 2012, 43% e em 2011, 33%, num ano de más condições climáticas.

De acordo com o estudo de performance de comunicação elaborado pela “Cision”, o Carnaval de Torres é o que apresenta os indicadores mais elevados, seja no número de notícias (323), sejam os contatos provocados pela informação (78 milhões), ou o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela (15 milhões de euros). No total e traduzindo estes números em horas de exposição nos meios de comunicação social, o Carnaval de Torres “ocupou” um total de 12h00 em televisão e rádio.

Na edição de 2014 foi elaborado, mais uma vez, um estudo de impacto económico, da responsabilidade do GITUR. Este estudo avalia em 10 milhões de euros o impacto do evento na economia local.

NÚMERO ENTRADAS

	2010	2011	2012	2013	2014
		CHUVA D/T	CHUVA D/T	CHUVA DOM.	CHUVA
SÁBADO	10449	7562	10806	15064	11955
DOMINGO	9689	13783	18037	6246	7237
SEGUNDA				10610	16446
TERÇA	5010	9745	14535	9562	13980
TOTAL	25148	31090	43378	41482	49618

f r.
n

RESULTADOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	455.760 €	465.167 €	494.631 €	510.547 €	445.006 €
DESPESA	522.226 €	441.744 €	385.728 €	351.076 €	432.763 €
RESULTADO	-66.466 €	23.423 €	108.904 €	159.471 €	12.244 €

2.2. FEIRA DA SAÚDE



Com periodicidade bienal e pela segunda vez organizada em parceria pela Promotorres e Câmara Municipal de Torres Vedras, a Feira da Saúde 2014 realizada de no mês de abril, não teve um balanço positivo. Contudo, e tratando-se de um evento que alia a vertente comercial à vertente pedagógica podemos considerar que de uma forma geral os objetivos foram atingidos.

RESULTADOS	2012	2014
RECEITA	8.087 €	6.689 €
DESPESA	5.426 €	9.670 €
RESULTADO	2.661 €	-2.981 €

2.3. NOVOS TALENTOS



A sua relevância social e associativa aliada à componente de formação dos candidatos mantêm-se como principais objetivos do evento, que se pode considerar uma tradição no município das suas catorze (14) edições ininterruptas.

A realização de 20 eliminatórias nas Freguesias do Concelho, com uma média de 30 participantes por Freguesia, e 3 finais de cada uma das áreas a concurso confere oportunidades aos jovens até aos 25 anos em contactar com artes de palco, não apenas na vertente de concurso, mas essencialmente com a oportunidade de obterem formação de canto, na moda ou na dança.

No capítulo das participações, o evento estabilizou nas últimas edições nas seis (6) centenas de participantes (desde a sua 4 edição). Destaque para a categoria de Dança que se destacou na edição deste ano pela quantidade de candidatos (162) e pela qualidade evidenciada.

Em termos financeiros, não houve aumento na despesa mas como houve alteração na forma como a participação da Câmara Municipal foi prestada, mudou de contrato programa para contrato de prestação de serviços, implicou uma redução na receita de cerca de 6000€ relativos ao IVA liquidado.

Os quadros seguintes resumem o número de participantes, bem como a demonstração orçamental das últimas edições.

PARTICIPANTES NOVOS TALENTOS	
2010	728
2011	671
2012	601
2013	585
2014	602

RESULTADOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	61.167 €	47.948 €	50.734 €	45.323 €	37.281 €
DESPESA	61.840 €	51.264 €	57.294 €	42.878 €	42.236 €
RESULTADO	-673 €	-3.316 €	-6.559 €	2.445 €	-4.955 €

2.4. FEIRA DE SÃO PEDRO



O maior certame Agro-industrial e Comercial da Região Oeste como justamente é reconhecido, ultrapassou a “fronteira” regional, e é hoje uma das principais Feiras generalistas do País tendo em conta vários fatores de análise.

O número de visitantes acima dos duzentos mil é uma tendência que se mantém nas suas últimas edições, apesar das alterações introduzidas em termos de horário de abertura ao público de há 3 anos a esta parte (17h para as 19h durante a semana). Esta realidade crescente de visitas ao certame é resultado da diversidade que as várias valências da Feira lhe conferem, seja na visita aos expositores, nas compras, no convívio, nas tasquinhas ou nos divertimentos.

O número de expositores das três últimas edições, apresenta características tendenciais de manutenção / fidelização de parceria, sinais claros de satisfação de quem procura a Feira de São Pedro para contactar com o seu “target”. A estabilização do número de

expositores em torno das duas centenas, leva a admitir que o modelo atual de Feira contém suficientemente atrativo para este segmento de clientes.

Na edição de 2014, a Promotorres, além do programa de fidelização de expositores habituais lançado em 2012, criou uma “janela de oportunidade” para inscrições realizadas em determinado período, “oferecendo” um desconto igual ao valor do iva.

Número de expositores comerciais em área coberta e descoberta e visitantes

FSP	EXPOSITORES	VISITANTES
2010	238	228543
2011	212	232502
2012	222	222396
2013	213	221786
2014	220	223494

RESULTADOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	358.624 €	350.581 €	305.464 €	292.235 €	272.492 €
DESPEZA	212.698 €	189.203 €	170.510 €	141.698 €	176.610 €
RESULTADO	145.926 €	161.378 €	134.954 €	150.537 €	95.882 €

2.5. BEFASHION



O befaction@santacruz é um evento de moda e animação, que marca o início do Verão na praia da Santa Cruz.

A data escolhida para a sua realização é habitualmente no primeiro fim-de-semana de julho, tentando atrair veraneantes durante o dia, dadas as atividades desenvolvidas ao longo do passeio marítimo e pela costa de santa cruz, culminando com um desfile de moda com lojistas e estilistas locais numa das artérias mais emblemáticas desta estância balnear.

A promoção de Santa Cruz enquanto destino que está na moda é um dos principais objetivos aliados à promoção do comércio local, com prioridade para o comércio de Santa Cruz, mas extensível à cidade de Torres Vedras.

A exemplo das anteriores edições o evento contou com especial destaque nos órgãos de comunicação social nacionais (TVI; Caras; Correio da Manhã entre outros).

Evento já intrínseco na vida dos torrienses, contou este ano com a sua 7ª edição, a qual arrojou com animação de rua durante a tarde em toda a linha de praia massagens, demonstrações de ginásios, nutrição e alimentação saudável, seguida, às 21h30, de um desfile de moda com roupa e acessórios de marcas reconhecidas a nível nacional.

Outra das principais características do evento é a presença de figuras públicas a desfilar em conjunto com jovens torrienses “descobertos” em eventos como o Festival das Vindimas ou os Novos talentos.

RESULTADOS	2013	2014
RECEITA	8.158 €	8.130 €
DESPEZA	9.666 €	14.059 €
RESULTADO	-1.508 €	-5.929 €

2.6. CARNAVAL DE VERÃO



O Carnaval de Verão em Sª Cruz é considerado Assume-se como um “Encontro de Festas de Carnaval de Portugal”. Mais que uma mostra turística dos principais carnavais de Portugal a quem visita Santa Cruz, o Carnaval de Verão produz ainda um importante fator de animação noturna com um impacto económico que não é de desprezar.

Este ano o evento sofreu alteração na sua estrutura, passando de um dia para dois, o que se refletiu num aumento de custos.

RESULTADOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	40.000 €	32.000 €	20.000 €	16.260 €	16.260 €
DESPEZA	33.205 €	22.051 €	17.575 €	15.179 €	20.285 €
RESULTADO	6.795 €	9.949 €	2.425 €	1.081 €	-4.025 €

2.7. FESTIVAL DAS VINDIMAS



Festival das Vindimas é outro dos eventos de elevada relevância social e extremamente enraizado no Concelho de Torres Vedras. Em 2014 foram efetuadas 13 eliminatórias, uma por freguesia, tendo por base a nova organização territorial.

As finalidades principais deste evento, prendem-se exatamente com o cumprimento de uma tradição com três décadas, sendo também mais um contributo para a dinamização da vida associativa nas freguesias, tendo por isso uma elevada relevância social. O número de participantes, resumido no quadro abaixo evidencia uma participação expressiva de candidatas, o que contribui para a consolidação do evento.

PARTICIPANTES VINDIMAS	
2010	197
2011	172
2012	146
2013	138
2014	112

O orçamento de 2014 reflete uma consistência no equilíbrio financeiro do evento já alcançado desde a edição de 2011. A contenção de custos evidenciada na significativa diminuição da despesa, tem compensado a diminuição das receitas e permitiu trazer o evento para um resultado positivo nas últimas quatro edições.

RESULTADOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	61.765 €	54.055 €	48.444 €	37.687 €	33.561 €
DESPESA	77.564 €	50.399 €	28.831 €	35.469 €	27.503 €
RESULTADO	-15.799 €	3.656 €	19.613 €	2.217 €	6.057 €

2.8. FEIRA VIATURAS USADAS



A feira temática vocacionada para os automóveis usados foi a primeira realizada no País. Várias têm sido as alterações em termos de periodicidade do evento, tentando conjugar esforços para “combater” a realidade socioeconómica e de mercado, que têm afetado o sector automóvel em particular nesta vertente das viaturas usadas.

A realização do evento é hoje condicionada pela realidade dos parceiros com disponibilidade de participação, sendo concertadas entre as partes as datas de realização, a campanha promocional a realizar e a introdução de novidades no evento. O sucesso da iniciativa muito se deve à relevância do comércio automóvel no tecido económico local, reconhecida no âmbito regional.

Após vários anos com periodicidade bimensal, a Feira passou em 2011 a trimestral, e em 2012 a semestral com a duração de 10 dias em contra ponto com os 3 dias de duração anteriores.

Esta é uma decisão, concertada com os operadores, que tem como objetivo potenciar as 2 edições, concentrando esforços na promoção e aliando as datas de realização a outros eventos a realizar na Expotorres.

Na edição deste semestre a feira contou com 9 empresas que comercializam viaturas usadas, sendo a avaliação bastante positiva para os parceiros e para a organização, em termos de afluência de público, negócios concretizados e na execução orçamental.

RESULTADOS	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	18.392 €	14.302 €	6.407 €	9.726 €	16.500 €
DESPESA	19.756 €	18.686 €	7.308 €	6.673 €	11.334 €
RESULTADO	-1.364 €	-4.384 €	-902 €	3.053 €	5.166 €

3. MERCADO MUNICIPAL



3.1. OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL

O Mercado Municipal de Torres Vedras, um edifício moderno e funcional, inserido num espaço totalmente revitalizado no centro histórico da cidade, procura promover e dinamizar ainda mais o comércio tradicional, constituindo um dos motores da economia do concelho, bem como um dos atrativos da cidade.

No mercado estão inseridos os mais variados estabelecimentos do comércio tradicional, desde os talhos, as bancas de peixe fresco, bancas de pão e bolos, frutos secos e rações, charcutarias, papelaria, mercearias gourmet, bancas de fruta, bares, e estabelecimentos de produtos biológicos e de legumes cortados, numa taxa de ocupação de 90%. Existe uma grande variedade de comércio e escolha por parte das pessoas que visitam e fazem as suas compras diariamente no mercado da cidade.

Há ainda a venda ocasional com a presença de agricultores do concelho em 11 espaços de venda, no interior do Mercado, sendo que no exterior esta venda ocasional ocorre no espaço do invernadeiro com a presença de cerca de 12 vendedores ambulantes.

Neste espaço podemos ainda encontrar estacionamento coberto, um espaço infantil, serviço de entrega ao domicílio, um espaço saúde, carrinhos de compras e uma obra de arte da artista Joana Vasconcelos, uma das artistas portuguesas com mais notoriedade internacional nas artes plásticas.

3.2. ANÁLISE DE RESULTADOS

MERCADO	2013	2014
RECEITA	190.152 €	317.156 €
DESPESA	172.873 €	328.322 €
RESULTADO	17.279 €	-11.165 €

A exploração do Mercado municipal só em 2014 refletiu nos Resultados Operacionais, todos os meses ao nível de gastos e receitas.

Desde novembro de 2013 que a Promotorres arrecada todas as receitas desta exploração, assim como suporta todos os custos inerentes ao seu funcionamento.

3.3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

b j.
R

Para a captação e fidelização de clientes foram criadas campanhas e atividades das quais se destaca a oferta de vales de desconto, provas de vinhos, animação musical, parcerias com associações, workshops de decoração de bolos e de cozinha saudável.

Desenvolveram-se ainda, a campanha de cartão cliente com significativa adesão de operadores e grande impacto junto dos consumidores, bem como feiras temáticas de produtos da região, tais como: mel, vinhos, doçaria e artesanato.

Iniciou-se uma parceria com uma nutricionista, sendo o espaço saúde utilizado para consultas de nutrição e existe a publicação mensal de uma ficha de alimentação saudável, relativa a alimentos comercializados no Mercado Municipal.



4. GESTÃO INTEGRADA

ESTACIONAMENTO

4.1. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Nos termos do SIGE (Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento) foi implementado um sistema de gestão do estacionamento que permitiu disciplinar e promover o correto uso do espaço público no que concerne ao estacionamento de veículos, melhorar a mobilidade dos residentes e visitantes e estimular o uso de modos suaves de transporte, nomeadamente pedonal e bicicleta, sempre com o objetivo máximo de contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, promovendo a redução de consumos energéticos e consequente poluição ambiental, no sentido de alcançar uma mobilidade cada vez mais sustentável na cidade de Torres Vedras.

Para a execução das diversas ações que compõem o SIGE foram adquiridos, um software de gestão e fiscalização do estacionamento, das BikeStations, das contraordenações, o respetivo e necessário hardware, 115 Bike Parks, 11 BikeStations com 290 bicicletas, 30 das quais com motor elétrico, 25 bloqueadores para veículos automóveis ligeiros e 10 para pesados e que ainda se torna necessária a elaboração de suportes de comunicação e sinalética vertical.

A Promotorres, EM, nos termos do artigo 4º dos seus Estatutos, como objeto a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento publico urbano no Município de Torres Vedras, incluindo a fiscalização de todas as disposições legais sobre estacionamento na via publica sob a sua gestão, gestão e fiscalização do estacionamento publico urbano pago à superfície, a promoção, construção, exploração do estacionamento em estrutura subterrânea ou em silo, a elaboração e promoção e gestão de estudos e projetos de estacionamento, mobilidade e acessibilidade urbana, podendo ainda exercer, acessoriamente, as atividades de comercialização de bens e de prestação de serviços desde que relacionadas, direta ou indiretamente com o seu objeto.

Encontram-se em funcionamento da responsabilidade da Promotorres o Parque de Estacionamento do Mercado Municipal, o parque de estacionamento de edifício Multisserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras.

O Parque de Estacionamento subterrâneo do edifício Multisserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras, localizado no centro da cidade, é composto por 202 lugares de estacionamento, distribuídos por 2 pisos com uma área total de 7.732m².

O Piso -1 dispõe de 101 lugares, 5 dos quais destinados a utentes com mobilidade condicionada.

O Piso -2 dispõe de 101 lugares, 5 dos quais destinados a utentes com mobilidade condicionada.

O Parque está aberto de Segunda a Sexta-feira das 08h00 às 20h00, e aos Sábados das 08h00 às 14h00.

Também com este propósito e servindo especificamente o Comércio Tradicional, o parque de estacionamento subterrâneo do Mercado Municipal está localizado junto da zona histórica da cidade, e é composto 319 lugares de estacionamento, distribuídos por 2 pisos.

O Piso -1 tem de área 4207m² e dispõe de 141 lugares, 2 dos quais destinados a utentes com mobilidade condicionada.

O Piso -2 tem de área 4570m² e dispõe de 178 lugares, 2 dos quais destinados a utentes com mobilidade condicionada.

O Parque está aberto Segunda-feira das 08h00 às 20h00, de Terça a Quinta-feira das 07h00 às 20h00, Sextas e Sábados das 07h00 às 2h00, e Domingos das 07h00 às 14h00.

4.2. RESUMO DE RESULTADOS

Não há a 31 de dezembro de 2014 dados que possam ser analisados de uma forma coerente. Apenas a 6 de outubro de 2014 se iniciou a cobrança do estacionamento à superfície em toda a cidade, passando os 25 parcómetros existente a 125. Também as receitas de fiscalização de trânsito, os Autos de Contraordenação, se iniciou a 6 de outubro. Temos assim, três meses de receitas atípicos dos outros 9 meses do ano.

Foram registadas receitas efetivas de Autos de Contraordenação recebidos, no valor de 18324€, foi estimada uma receita de 45574€ referente a 1350 Autos de Contraordenação emitidos e não liquidados até ao final de 2014. A restante receita de fiscalização é reflexo dos Avisos de Pagamento da Taxa Máxima Diária (18024€). Ao nível de gastos, os gastos com pessoal são sem dúvida a rubrica que mais contribui, juntando-se as participações à ANSR e ao IGCP no total de 45% dos valores recebidos de Autos de Contraordenação liquidados.


O projeto "Agostinhas" iniciou-se em Junho de 2013, tendo até final do ano existido 1625 registos de utilizadores e mais de 23367 utilizações. O valor de cada inscrição ascende a 10€.

Estas infraestruturas produzem uma receita apreciável, cabendo à Promotorres EM a prestação de um serviço de qualidade aos utentes que delas usufruem. Nos quadros seguintes apresenta-se o fluxo para cada uma das infraestruturas:

SIGE	2013 Valores Anuais				2014 Valores Anuais				
	CMTV	MERCADO	PARCOMETROS	BICICLETAS	CMTV	MERCADO	PARCOMETROS	FISCALIZAÇÃO	BICICLETAS
RECEITA	31.356 €	39.697 €	73.941 €	8.691 €	29.030 €	47.624 €	301.360 €	81.848 €	6.634 €
DESPEZA	28.648 €	43.838 €	5.015 €	13.442 €	32.296 €	56.767 €	32.549 €	184.089 €	58.270 €
RESULTADO	2.708 €	-4.141 €	68.926 €	-4.751 €	-3.266 €	-9.143 €	268.811 €	-102.241 €	-51.636 €

Torres Vedras, 26 de Março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 BALANÇO

Promotorres, EM

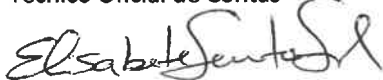
Balanços em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	282.743,57	259.625,54
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras pelo MEP			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas / sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		282.743,57	259.625,54
Ativo corrente			
Inventários	8	0,00	7.352,19
Ativos biológicos			
Clientes	9	199.817,96	137.403,64
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	10	12.336,33	85.500,22
Acionistas / sócios			
Outras contas a receber	11	52.674,03	17.563,46
Diferimentos	12	14.281,86	20.178,54
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e seus equivalentes	13	45.251,05	13.139,12
		324.361,23	281.137,17
Total do ativo		607.104,80	540.762,71

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	250.000,00	250.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas legais	15	3.000,10	3.000,10
Outras reservas			
Resultados transitados	16	-118.590,35	-122.294,33
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		2.478,32	3.703,98
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		136.888,07	134.409,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	17	7.986,42	21.757,41
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		7.986,42	21.757,41
Passivo corrente			
Fornecedores	18	291.223,69	287.231,89
Adiantamentos de clientes	20	0,00	406,50
Estado e outros entes públicos	10	36.449,14	18.997,99
Financiamentos obtidos	17	13.773,95	13.058,94
Outras contas a pagar	19	120.783,53	64.528,55
Diferimentos	11		371,68
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		462.230,31	384.595,55
Total do passivo		470.216,73	406.352,96
Total do capital próprio e do passivo		607.104,80	540.762,71

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



5.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Promotorres, EM

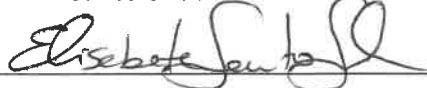
Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS	
			2014	2013
Vendas e serviços prestados	21	+	1.418.472,12	899.006,60
Subsídios à exploração	22	+	188.228,34	400.000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / -		
Variação nos inventários da produção		+ / -		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-		-2.950,00
Fornecimentos e serviços externos	24	-	-974.453,09	-784.895,60
Gastos com o pessoal	25	-	-639.843,37	-505.209,37
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		+ / -		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	+ / -	-15.789,84	2.738,00
Provisões (aumentos / reduções)		+ / -		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)		+ / -		
Aumentos / reduções de justo valor		+ / -		
Outros rendimentos e ganhos	26	+	88.305,54	35.627,03
Outros gastos e perdas	27	-	-36.006,73	-16.726,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	28.912,97	27.590,00
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	28	+ / -	-21.411,34	-18.856,72
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		+ / -		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	7.501,63	8.733,28
Juros e rendimentos similares obtidos		+		
Juros e gastos similares suportados	29	-	-2.635,93	-1.542,60
Resultado antes de impostos		=	4.865,70	7.190,68
Imposto sobre o rendimento do período	30	- / +	-2.387,38	-3.486,70
Resultado líquido do período		=	2.478,32	3.703,98

(2) - Esta informação apenas será fornecida no caso das contas consolidadas

Técnico Oficial de Contas



Administração



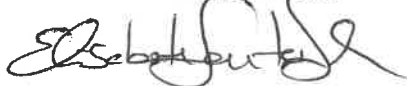
5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

Contas Individuais

MOVIMENTOS E SALDOS	NOTAS	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 01.01.2013		250.000,00	-	3.000,10	-	-127.418,97	-	5.124,64	130.705,77
Alterações no Período:									
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período								3.703,98	3.703,98
Resultado Integral								3.703,98	3.703,98
Operações com detentores de capital próprio:									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	5.124,64	-	-5.124,64	-
		-	-	-	-	5.124,64	-	-5.124,64	-
Saldos em 31.12.2013		250.000,00	-	3.000,10	-	-122.294,33	-	3.703,98	134.409,75
Alterações no Período:									
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período								2.478,32	2.478,32
Resultado Integral								2.478,32	2.478,32
Operações com detentores de capital próprio:									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	3.703,98	-	-3.703,98	-
		-	-	-	-	3.703,98	-	-3.703,98	-
Saldos em 31.12.2014		250.000,00	-	3.000,10	-	-118.590,35	-	2.478,32	136.888,07

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração




5.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RUBRICAS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS	
			2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	5			
Recebimentos de clientes		+	1.645.992,09	1.045.880,84
Pagamento a fornecedores		-	-945.354,33	-736.415,37
Pagamentos ao pessoal		-	-373.151,21	-302.198,91
Caixa gerada pelas operações		+ / -	327.486,55	7.266,56
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- / +	-5.445,12	-5.603,70
Outros recebimentos/pagamentos		+ / -	-233.872,72	-373.788,98
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-	88.168,71	-372.126,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:		-		
Ativos fixos tangíveis	-	-40.391,87	-24.034,72	
Ativos intangíveis	-			
Investimentos financeiros	-			
Outros ativos	-			
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	+			
Ativos intangíveis	+			
Investimentos financeiros	+			
Outros ativos	+			
Subsídios ao investimento	+			
Juros e rendimentos similares	+	27,00	54,27	
Dividendos	+			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+ / -	-40.364,87	-23.980,45	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+			
Subsídios do estado	+			
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00	
Doações	+			
Outras operações de financiamento	+	0,00	400.000,00	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-	-13.055,98		
Juros e gastos similares	-	-2.635,93	-841,82	
Dividendos	-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-			
Outras operações de financiamento	-			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+ / -	-15.691,91	399.158,18	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+ / -	32.111,93	3.051,61	
Efeito das diferenças de câmbio	+ / -	0,00	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	13.139,12	10.087,51	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	45.251,05	13.139,12	

Técnico Oficial de Contas

Administração



1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de Junho de 1997, tem a sua sede na Av. Tenente Coronel João Luis de Moura, Loja A cave em Torres Vedras e tem como atividade principal a Organização de Eventos e Gestão de Equipamentos.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

Em 2014 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Empresa adotou as NCRF pela primeira vez em 2010, aplicando para o efeito a “NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”. Desta forma, a Empresa preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3.

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

d) *Classificação dos ativos e passivos não correntes*

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Não existem ativos realizáveis ou passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, pelo que não existem ativos ou passivos considerados como não correntes.

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transações.

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso. As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 23% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2003 inclusive, e cinco anos a partir de 2004), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante um período de seis anos, até 2009 inclusive, quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011 e cinco anos a partir de 2012, sendo que, neste último caso, apenas é possível a dedução dos prejuízos fiscais até 75% do montante do correspondente lucro tributável. Em exercícios futuros, o total das deduções à matéria coletável é de 253.312,97 euros, resultado do reporte dos prejuízos fiscais ocorridos.

A Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação,

conforme definido na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não está definitivamente assegurada a sua reversibilidade, nos termos definidos na referida norma.

d) *Inventários*

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais, através do uso de identificação específica. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

e) *Clientes e outros valores a receber*

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

g) *Provisões*

À data a que se reportam as demonstrações financeiras, a Empresa não reconheceu a existência de quaisquer obrigações que pudessem conduzir à criação de Provisões.

h) *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

i) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

j) *Locações*

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.b) e 3.c) acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

k) *Subsídios*

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do exercício de 2014 e no final do exercício transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Caixa	1.354,72	1.000,00
Depósitos à Ordem	43.896,33	12.139,12
Depósitos a Prazo	0,00	0,00

Neste momento estamos já a praticar um fundo fixo de caixa, fundo este com o valor de 1000 euros. Esta caixa encontra-se nos escritórios da empresa. No final do ano incluía um depósito efetuado a 5 de janeiro, no valor de 354.72 euros.

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela empresa-mãe Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 31.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2014 e de 2013 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2013						
Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2013	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	154.477,11		1.015,00			155.492,11
Equipamento básico	117.923,24		52.210,94			170.134,18
Equipamento de transporte	75.800,00					75.800,00
Equipamento administrativo	68.716,83					68.716,83
Outros activos Fixos Tangíveis	148.907,70		5.572,88			154.480,58
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	565.824,88	0,00	58.798,82	0,00	0,00	624.623,70
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	74.661,09		5.008,46			79.669,55
Equipamento básico	53.555,67		7.429,85			60.985,52
Equipamento de transporte	60.500,00		1.663,76			62.163,76
Equipamento administrativo	61.037,33		782,21			61.819,54
Outros activos Fixos Tangíveis	96.387,35		3.972,44			100.359,79
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	346.141,44	0,00	18.856,72	0,00	0,00	364.998,16
	219.683,44					259.625,54

31 de dezembro de 2014

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2014	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	155.492,11		23.677,84			179.169,95
Equipamento básico	170.134,18		11.842,00			181.976,18
Equipamento de transporte	75.800,00					75.800,00
Equipamento administrativo	68.716,83		6.629,53			75.346,36
Outros activos Fixos Tangíveis	154.480,58		2.380,00			156.860,58
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	624.623,70	0,00	44.529,37	0,00	0,00	669.153,07
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	79.669,55		5.602,18			85.271,73
Equipamento básico	60.985,52		8.273,24			69.258,76
Equipamento de transporte	62.163,76		1.663,58			63.827,34
Equipamento administrativo	61.819,54		1.749,80			63.569,34
Outros activos Fixos Tangíveis	100.359,79		4.122,54			104.482,33
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	364.998,16	0,00	21.411,34	0,00	0,00	386.409,50
	259.625,54					282.743,57

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Mercadorias	0,00	7.352,19
Perdas por imparidade de inventários	0,00	0,00
	0,00	7.352,19

A empresa entendeu reconhecer todo material que tinha em stock, para gastos do exercício.

9 Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes conta corrente	0,00	199.817,96	0,00	137.403,64
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	112.770,09	0,00	96.980,25
	0,00	312.588,05	0,00	234.383,89
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-112.770,09	0,00	-96.980,25
	0,00	199.817,96	0,00	137.403,64

	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Cientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Cientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Cientes conta corrente	126.619,07	73.198,89	111.298,43	26.105,21
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	112.770,09	0,00	96.980,25	0,00
	239.389,16	73.198,89	208.278,68	26.105,21

A situação económica vivida no nosso país agravou a situação das dívidas à empresa. Assim houve um reforço de na rubrica de Imparidades.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade acumulados de clientes, foram os seguintes:

Perdas de Imparidade	2014	2013
Saldo a 1 janeiro	96.980,25	99.718,25
Aumentos	22.486,29	-
Reduções	-6.696,45	-2.738,00
Regularizações	-	-
Saldo a 31 de dezembro	112.770,09	96.980,25

10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Activo		
Imposto sobre o rendimento	12.336,33	11.310,46
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	74.189,76
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	12.336,33	85.500,22
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	307,17	1.210,31
Retenção de impostos sobre rendimentos	5.562,80	6.018,55
Imposto sobre o valor acrescentado	16.846,73	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	13.732,44	11.769,13

Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	36.449,14	18.997,99

f s f
R

11 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2014	31-dez-2013
	Corrente	Corrente
Devedores e Credores por Acréscimos	45.573,74	0,00
Fornecedores CC	1.695,78	673,58
Outros	5.404,51	16.889,88
	52.674,03	17.563,46
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	52.674,03	17.563,46

O acréscimo de rendimentos efetuado, são os Autos de Contraordenação, emitidos e não pagos, no período de outubro a dezembro de 2014.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Activo		
Seguros pagos antecipadamente	0,00	0,00
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	14.281,86	20.178,54
Gastos diversos a reconhecer	0,00	0,00
	14.281,86	20.178,54
Passivo		
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	371,68
	0,00	371,68

A nível de ativo temos aqui registado valores referentes a adjudicação dos carros alegóricos, materiais adquiridos para a elaboração do "KIT de Carnaval", parcela de seguros da "Agostinhas" custo de 2015.

13 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Numerário	1.354,72	1.000,00
Depósitos bancários	43.896,33	12.139,12
Instrumentos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	45.251,05	13.139,12

[Handwritten signatures and initials]

14 Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 31 de dezembro de 2014, nele detêm pelo menos 20%:

– CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

15 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. Não houve, em 2014, qualquer movimento nesta rubrica.

16 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 3.703,98 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

17 Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos com recurso a contratos de locação financeira:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Medio e Longo Prazo		
Locações financeiras	7.986,42	21.757,41
Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	7.986,42	21.757,41
Curto Prazo		
Locações financeiras	13.773,95	13.058,94
Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	13.773,95	13.058,94

Bens adquiridos c/ recurso a locação financeira	Custo Aquis.	Depreciações	Valor Líquido
Edifícios e outras construções			
Equipamento Básico	41272,63	5159,08	36113,55
Equipamento transporte			
Equipamento Administrativo			
Outros ativos fixos tangíveis			
Propriedades de Investimento			
	41272,63	5159,08	36113,55

f r j.
8

Em 31 de Dezembro de 2014, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referentes a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de Reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de 1 ano	13770,99	825,09	14596,08
Mais de 1 ano	7986,42	137,08	8123,5
Mais de 2 anos			
Mais de 3 anos			
Mais de 4 anos			
Mais de 5 anos			
	21757,41	962,17	22719,58

18 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	291.223,69	0,00	268.004,18
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Faturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	19.227,71
	0,00	291.223,69	0,00	287.231,89

	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	230.828,64	60.395,05	250.450,33	17.553,85
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Faturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	19.227,71	0,00
	230.828,64	60.395,05	269.678,04	17.553,85

19 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez 14	31 dez 13
	Corrente	Corrente
Fornecedores investimento	0,00	0,00
Devedores e credores por acréscimos	112.517,45	64.528,55
Outros devedores e credores	8.162,08	0,00
Outras contas a pagar	104,00	0,00
	120.783,53	64.528,55

f r j.
S

O montante relevante nesta rubrica refere-se á estimativa de férias e subsídio de férias para 2015. Este valor tem um acréscimo considerável, devido ao aumento do número de trabalhadores. Inclui-se ainda nesta rúbrica os 45% de compartições para a ANSR e IGCP referente ao acréscimo de rendimentos efetuado com base nos Autos de Contra ordenação emitidos e não pagos.

20 Adiantamentos a clientes

Nesta rubrica estão registados os adiantamentos efetuados por clientes por conta de vendas. Em 2014 não existe qualquer adiantamento.

21 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2014 e de 2013, foram como segue:

	31-Dez-14			31-Dez-13		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	3.264,02	0,00	3.264,02
Vendas de produtos acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de desperdícios e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de activos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	1.418.472,12	0,00	1.418.472,12	895.742,58	0,00	895.742,58
	1.418.472,12	0,00	1.418.472,12	899.006,60	0,00	899.006,60

22 Subsídios à exploração

Nos períodos de 2014 e de 2013 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-14	31-Dez-13
CP Mercado Municipal	170.000,00	170.000,00
CP Serviços	0,00	0,00
CP carnaval	0,00	160.000,00
CP Corso escolar	0,00	40.000,00
CP Novos Talentos	0,00	30.000,00
CP Carnaval de Verão	0,00	0,00
CP Befashion	0,00	0,00
CP Vindimas	0,00	0,00
IEFP Apoio a Estágios	18.228,34	0,00
	188.228,34	400.000,00

Handwritten signature and initials in blue ink.

Houve redução de Contratos Programa ao nível de eventos e um novo Contrato Programa para exploração do Mercado Municipal.

23 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Uma vez que a entidade reconheceu para gastos todos os bens que tinha em inventários, não existe em 2014 custo de mercadorias vendidas.

	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Saldo em 1 de Janeiro	7.352,19	7.352,19	2.736,66	2.736,66
Compras	0,00	0,00	7.565,53	7.565,53
Regularizações	-7.352,19	-7.352,19	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro	0,00	0,00	7.352,19	7.352,19
Custo do exercício	0,00	0,00	2.950,00	2.950,00

24 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	529.532,83	496.594,04
Materiais	197.226,09	153.158,61
Energia e fluídos	66.101,59	8.792,19
Deslocações, estadas e transportes	23.767,79	8.507,41
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	67.774,75	34.336,84
Comunicação	21.002,09	12.834,07
Seguros	10.951,06	8.180,43
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	45,00	1.556,10
Despesas de Representação	386,55	0,00
Limpeza	59.015,34	60.935,91
Descontos e abatimentos	-1.828,60	0,00
Outros serviços	478,60	
	974.453,09	784.895,60

O aumento desta rubrica, reflete o aumento de custos com estaleiro de carnaval e o aumento de despesas com a gestão operacional do mercado municipal.

25 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi a seguinte:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Remunerações dos órgãos sociais	3.525,00	3.516,53
Remunerações do pessoal	488.766,43	406.668,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	107.989,53	83.579,41
Seguros	4.983,10	5.075,51
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	34.579,31	6.369,92
	639.843,37	505.209,37

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2014 foi de 34 e no exercício de 2013 de 28.

O aumento dos custos com pessoal deve-se ao fato de a empresa ter contratado mais funcionários para fazer face aos novos projetos iniciados.

26 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Rendimentos suplementares	23.696,87	19.923,45
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Autos de Contra Ordenações	63.902,05	
Outros rendimentos e ganhos	706,62	15.703,58
	88.305,54	35.627,03

27 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Impostos	3.416,99	1.308,49
Comparticipações ANSR e IGCP	28.755,48	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em invest. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	3.834,26	15.418,17
	36.006,73	16.726,66

Handwritten signature and initials.

28 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-14			31-Dez-13		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	21.411,34	0,00	21.411,34	18.856,72	0,00	18.856,72
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	21.411,34	0,00	21.411,34	18.856,72	0,00	18.856,72

A empresa no decorrer do ano 2013, fez um inventário dos seus ativos fixos tangíveis e avaliou a sua durabilidade, optando por reduzir as taxas de depreciação para os mínimos possíveis legalmente. Esta tomada de decisão foi aprovada em ata pelo conselho de administração e manteve-se no ano 2014.

29 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Juros de outros financiamentos concedidos	0,00	0,00
	0,00	0,00

Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	2.635,93	1.542,60
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	2.635,93	1.542,60
Resultados das operações de financiamento	-2.635,93	-1.542,60

30 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, decompõe-se do seguinte modo:

	2014	2013
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	2.387	3.487
Imposto diferido	-	-
	2.387	3.487

	2014		2013	
	Imp. Corrente	Imp. Diferido	Imp. Corrente	Imp. Diferido
Demonstração da taxa efectiva de imposto				
Resultados antes de impostos	4.866	-	7.191	-
Variações nos capitais próprios	-	-	-	-
Diferenças fiscais definitivas	3.697	-	15.118	-
Diferenças fiscais temporárias	-	-	-	-
Reporte de prejuízos	-	-	-	-
Lucro tributável / Prejuízo Fiscal	8.562	-	22.308	-
Colecta	437	-	1.394	-
Benefícios fiscais	-	-	-	-
Resultado da liquidação	-	-	-	-
Derrama	128	-	335	-
Derrama estadual	-	-	-	-
Tributações autónomas	1.822	-	1.758	-
Imposto sobre o rendimento do período	2.387	-	3.487	-
Taxa média efectiva de imposto	27,9%		15,6%	

31 Partes relacionadas

As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31-Dez-14	31-Dez-13
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	210.071,56	99.061,20
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias-primas	0,00	0,00
Serviços adquiridos	59.931,67	6.017,17

Saldos	31-Dez-14	31-Dez-13
Contas a receber	73.198,89	26.105,21
Contas a pagar	63.350,38	17.553,85
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

32 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

33 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2014, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2014.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais. ✓

O Técnico Oficial de Contas:



O Conselho de Administração



6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Handwritten initials or signature in the top right corner.

6.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Small vertical mark or stamp in the center of the page.



RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Introdução

1. Em cumprimento das disposições legais e nos termos do mandato que lhe foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório e o parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração de “PROMOTORRES - PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M.”, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Relatório

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos a actividade da empresa através da análise dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação de suporte, bem como da verificação dos seus elementos patrimoniais, com a profundidade e frequência consideradas as mais adequadas aos fins em vista.

Em todas as nossas diligências contámos com a inteira colaboração do Conselho de Administração e dos serviços da empresa de quem recebemos sempre com prontidão todos os esclarecimentos solicitados.

3. Examinámos os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado de acordo com as exigências legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas e, na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, elaborámos a Certificação Legal das Contas.

GOMES MÁRQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

Sede: Rua do Tosão, Complexo CREL - Bela Vista, Piso 2 - Sala F - Miamão - 2745-003 QUELUZ

Telef.: 21 430 88 30 - Fax: 21 430 88 39 - E-mail: geral@gmco-sroc.pt - NIPC: PT 503 598 941 - Capital Social: 10.000,00 € - Inscrita na Ordem dos R.O.C. sob o n.º 137



Parecer

4. Com base no que antecede e tendo em consideração a opinião expressa na referida Certificação Legal das Contas a qual pressupõe a concordância do sistema contabilístico com os preceitos legais e com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, somos de parecer que sejam aprovados o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Massamá, 2 de Abril de 2015

O FISCAL ÚNICO

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)

Handwritten initials or signature in blue ink.

6.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “PROMOTORRES – PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 607 105 euros e um total de capital próprio de 136 888 euros, incluindo um resultado líquido de 2 478 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e



- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de “PROMOTORRES-PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M.” em 31 de Dezembro de 2014, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

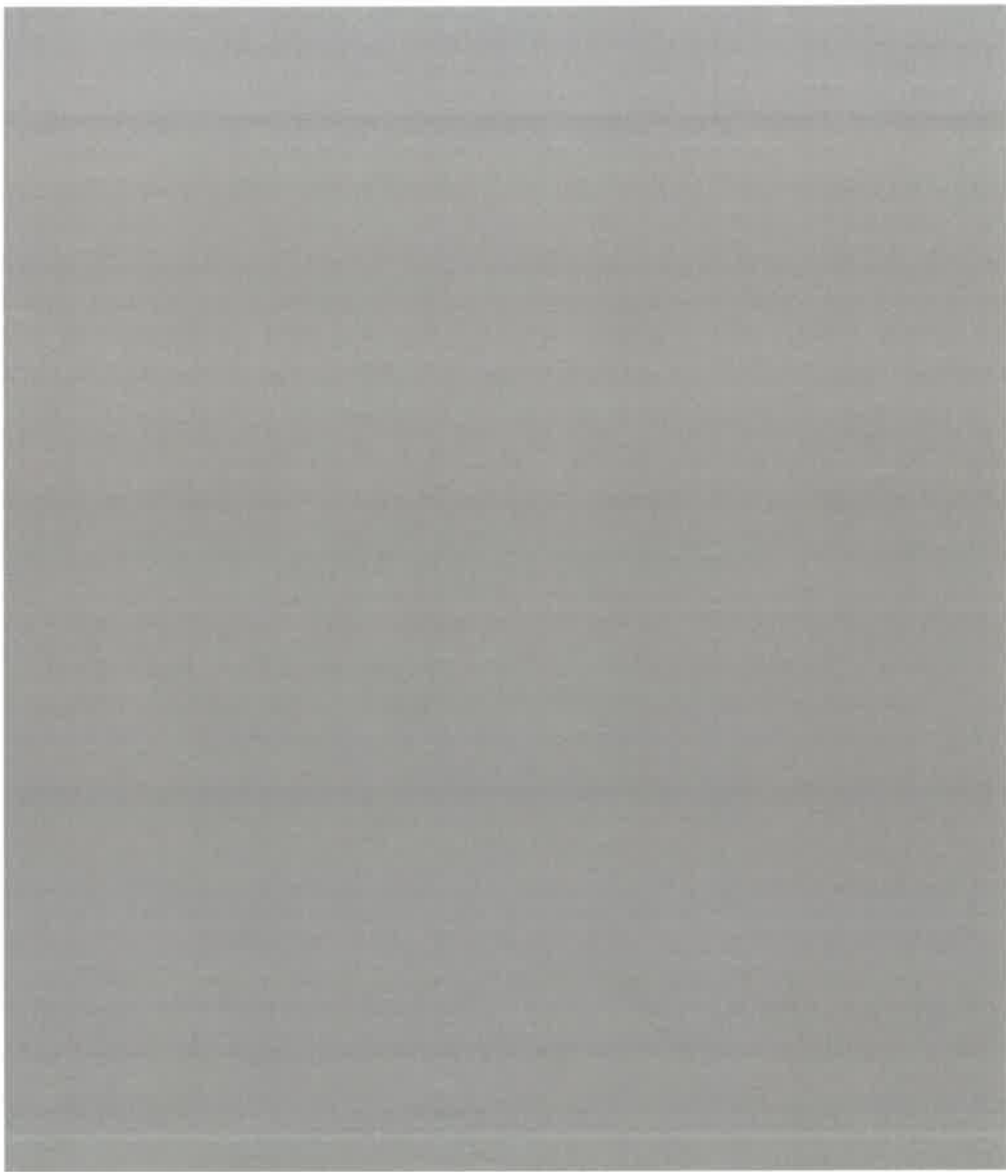
- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Massamá, 2 de Abril de 2015

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)



PROMO
TORRES em.

